

INCOMPETÊNCIA E INSENSIBILIDADE EM TELECOMUNICAÇÕES E NO AUDIOVISUAL

Decorridos cinco anos do golpe, o quadro na área de telecomunicações é desolador. Em uma área intensiva em inovação, a tempestividade das decisões altera de forma radical as possibilidades de avanço e seus impactos sobre a sociedade. Desde o golpe, o Brasil coleciona oportunidades perdidas, por escolhas incompetentes dos governos que sucederam ao PT.

O VAZIO INSTITUCIONAL

Logo nos primeiros dias do golpe, as políticas públicas de telecomunicações perderam força e poder de agenda. O Ministério das Comunicações, criado em 1967 e fortalecido nas gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma, foi extinto na reforma ministerial de Temer. A pasta foi incorporada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, fazendo com que a agenda de inclusão digital e de fortalecimento do setor de telecomunicações fosse relegada ao segundo plano.

Embora tenha recriado o Ministério das Comunicações em 2020, Bolsonaro não o fez para fortalecer as agendas do setor de telecomunicações. O ministro das Comunicações, em verdade, cuida da operação política do governo junto ao Congresso Nacional e da comunicação institucional governamental, ao incorporar a Secretaria de Comunicação

Social da Presidência da República. O ministro é ministro da propaganda do governo. A agenda de telecomunicações continuou relegada ao segundo plano.

O DESPERDÍCIO DE OPORTUNIDADES COM O 5G

O leilão das frequências para o 5G se arrasta no tempo, apesar de se saber que essa tecnologia é disruptiva e que sua implantação é urgente e imprescindível para as revolucionárias aplicações previstas para a indústria, os serviços e a agricultura. A área de CT&I vive um processo dramático de cortes nos investimentos e não há um plano para assegurar que esse setor se aproprie da plataforma 5G para impulsionar as transformações econômicas, sociais e ambientais necessárias para que o Brasil esteja em sintonia com o que ocorre na China e nas nações desenvolvidas.

Mantido o quadro atual, a tendência é que a incorporação do 5G não gere impactos tão amplos como possível e se amplie o fosso que nos separa das nações desenvolvidas.

O APROFUNDAMENTO DA EXCLUSÃO DIGITAL

O ambiente da pandemia da COVID-19 explicitou as desigualdades sociais na área de comunicações. Enquanto as crianças e os jovens de classe média puderam manter o seu processo de aprendizado através das aulas *on-line*, transmitidas por plataformas de EAD na internet, os mais pobres, alunos da rede pública de educação, ficaram bloqueados em relação ao sistema educacional por não terem acesso à internet. A consequência é a elevação da distância de aprendizado entre camadas sociais e o aumento da desigualdade social.

O Congresso Nacional fez o seu papel, ainda que limitado, ao aprovar projeto de lei 3477/2020, destinando 3,5 bilhões de reais ao subsídio do acesso à internet e à compra de dispositivos como *tablets* e

smartphones aos alunos da rede pública no ano de 2020. Apesar dessa limitada iniciativa, o presidente Bolsonaro vetou o PL.

A ANATEL aprovou o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT), em junho de 2019. Nele, estão identificadas as carências de acesso à internet em todo o país: pequenas cidades, escolas, unidades de saúde, população mais pobre. Apesar da excelente iniciativa, a universalização da internet continua sendo um sonho por absoluta insensibilidade social do Poder Executivo, que não aloca recursos orçamentários para essa finalidade.

O avanço no acesso à internet tem ocorrido graças, sobretudo, aos milhares de pequenos provedores que se expandiram por todo o país e que hoje, no seu conjunto, lideram a expansão do acesso da população à internet fixa. Os planos de acesso à internet por celular, oferecidos pelas grandes operadoras e por provedores que usam sua infraestrutura e licenças de ocupação do espaço para comercializar o serviço celular com suas marcas, são limitados nas franquias de dados. Com isso, as classes D e E, e mesmo a C, que acessam à internet basicamente por celular, têm um serviço precário e insuficiente.

Além das grandes operadoras e dos pequenos provedores, há duas empresas públicas que deveriam cumprir papel complementar às empresas privadas no provimento do acesso à internet.

A **Rede Nacional de Pesquisas (RNP)** destina-se a conectar universidades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e institutos federais de pesquisa. Tem cumprido o seu papel, embora cada vez mais limitado por falta de recursos orçamentários.

A **TELEBRAS** foi reativada em 2011, para constituir uma rede estrutural (*backbone* e *backhaul*) pública cuja comercialização asseguraria aos pequenos provedores regionais o acesso à grande rede. Naquele momento, as grandes operadoras dificultavam a conexão à rede, cobrando preços exorbitantes ou não comercializando o acesso ao *backbone*.

A reativação da TELEBRAS foi um sucesso, pois, ao oferecer *backbone* de qualidade a preços módicos, quebrou o oligopólio, fazendo com que

os preços de mercado de atacado despencassem, o que permitiu aos pequenos provedores oferecer acesso no varejo a preços bem mais acessíveis aos usuários. A TELEBRAS expandiu de forma rápida o seu *backbone*, mas sofreu duras restrições orçamentárias após o golpe de 2016.

SUBAPROVEITAMENTO DO SATÉLITE ESTACIONÁRIO

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) foi projetado com duas bandas: a banda X, destinada às comunicações de segurança militares; e a banda KA, destinada ao acesso à internet em banda larga, em todo o território brasileiro. Ao decidir pela compra, o governo Dilma objetivava, além de ter um satélite de comunicações de última geração tecnológica, capacitar técnicos e empresas brasileiras para que o SGDC 2 viesse a ser integralmente montado em território brasileiro. Por isso, constam do contrato com a empresa francesa Thales Alenia Space, o treinamento de técnicos da TELEBRAS, das Forças Armadas, da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), assim como um programa de transferência de tecnologia.

Quando houve o golpe de 2016, o SGDC estava pronto para ser lançado, com a infraestrutura terrestre praticamente pronta para a operação. Faltava a construção do centro definitivo de controle de Brasília, embora o centro inicial já estivesse totalmente montado.

O SGDC foi lançado com sucesso em maio de 2017. Mas aí começaram os problemas, devido à combinação de incompetência, cortes de recursos e total ausência de visão estratégica sobre o papel desse sistema para a inclusão digital e para o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil.

Sem a devida transparência, foi firmado contrato com a empresa Viasat para a comercialização dos acessos, fato que gerou um contencioso jurídico que atrasou enormemente o início da comercialização do SGDC. Foram dois anos perdidos, com o satélite em órbita, queimando

combustível e preciosos anos dos seus 18 de tempo de vida. Foram muitos milhões de reais do orçamento público absolutamente perdidos.

Embora o SGDC esteja completando quatro anos do seu lançamento e não haja transparência plena nas informações sobre o uso dos 58 Gb/s de sua capacidade, há grande ociosidade na ocupação desse importante sistema de comunicação, que cobre todo o território brasileiro. Não faltam escolas e alunos, unidades de saúde e pacientes a serem conectados. Apesar da crise pandêmica, o SGDC, que custou 2,8 bilhões de reais, tem hoje apenas cerca de 30% da sua capacidade da banda KA utilizada.

Ademais, não há qualquer iniciativa para dar sequência à transferência de tecnologia. O programa do SGDC previa, além da capacitação dos técnicos, a identificação de empresas brasileiras com potencial para desenvolver e produzir subsistemas importantes de um satélite de comunicações. Houve a identificação de empresas e a transferência de tecnologia, capacitando essas empresas a projetar os subsistemas. No entanto, de pouco valerá esse trabalho se não for levado à frente o projeto e montagem do SGDC 2 no Brasil.

TELEBRAS SAI DO PROJETO ESTRATÉGICO DO CABO SUBMARINO BRASIL - EUROPA

No governo da presidenta Dilma, decidiu-se que, como parte de sua infraestrutura, a TELEBRAS implantaria um cabo de comunicações entre o Brasil e a Europa. Da parte brasileira, o interesse devia-se ao fato de não termos ligação direta com a Europa. As rotas de cabos internacionais até então se dirigiam aos EUA e de lá para a Europa, o que, além de revelar problemas geopolíticos estratégicos, tornava o caminho para a Europa muito longo, com repercussão na latência das comunicações, sobretudo aquelas ligadas a atividades de pesquisa *on-line*. Como laboratórios da Europa realizam importantes atividades de pesquisa em astronomia a partir de potentes telescópios localizados no deserto do

Atacama, no Chile, a União Europeia decidiu participar do empreendimento, com aporte considerável de recursos.

Por isso, o projeto seria implantado por meio de uma empresa em *joint venture* entre a TELEBRAS e um grupo empresarial espanhol.

Após o golpe, diante do brutal corte de gastos e da concepção neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro, os recursos brasileiros para viabilizar a implantação do cabo foram eliminados do orçamento. O governo decidiu também que a TELEBRAS deveria sair desse estratégico projeto. Com isso, o cabo submarino Brasil Europa foi implantado exclusivamente por uma empresa espanhola, a EllaLink. Ele foi inaugurado em junho de 2021, mas sem participação da Telebras.

ERA PARA TER A AMAZÔNIA CONECTADA

Lançado em 2015, o Amazônia Conectada era um dos mais importantes programas de conectividade para a região, e buscava cobrir a Amazônia com 9 mil quilômetros de cabos ópticos, interligando 59 de seus municípios por meio de infovias, utilizando o leito dos rios. Ele seria implementado em parceria pelo Ministério da Defesa (Exército), MCT (RNP) e TELEBRAS, aos quais se juntaram entidades de C&T do Amazonas.

Apesar de seu caráter estratégico, o Amazônia Conectada foi paralisado. O trecho inicial, um *link* entre duas unidades do Exército em Manaus, foi inaugurado em 2016. Em 2017, estava previsto o lançamento de 900 km de cabo entre Manaus e Tefé, mas só uma parte foi lançada. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), feita em 2019, mostrou que haviam sido concluídas três fases do programa, totalizando uma rede de 850 km de cabos de fibra óptica, 10,9% da extensão total prevista. As duas infovias construídas, Manaus – Barcelos e Manaus – Tefé, estão sob responsabilidade do Exército.

No governo Bolsonaro, em 2020, o nome do projeto foi trocado para Programa Amazônia Conectada e Integrada (PAIS), mas a im-

plementação também não avançou. O desenho institucional do projeto, problema apontado pelo TCU, persistiu sem equacionamento, pela dificuldade em definir a governança, o gestor e a participação da iniciativa privada no provimento de internet aos municípios e distritos por meio da compra de capacidade, entre outros. E o financiamento da implantação das infovias passou a depender da aprovação do edital do 5G pelo TCU.

PARAMOS DE AVANÇAR NA RELAÇÃO TV PAGA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

No governo Dilma, foi aprovada a Lei 12.485/2011 (conhecida como lei do SeAC), estabelecendo marco regulatório único para a TV por assinatura e instituindo a obrigatoriedade de cotas para a produção audiovisual brasileira independente em todos os canais de espaço qualificado (filmes, documentários, animação infantil). O resultado foi extremamente positivo. O número de assinantes da TV paga cresceu de 8 para quase 19 milhões. A produção audiovisual brasileira explodiu, estimulada pela política de cotas e pelo financiamento público da produção, por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Milhões de brasileiros passaram a ter acesso à produção cultural brasileira e os empregos nesse setor cresceram enormemente.

Com os governos Temer e Bolsonaro, assistimos ao desmonte de toda a política cultural, com cortes drásticos no orçamento da área. Os recursos do FSA, turbinados pela lei do SeAC, passaram a ser contingenciados, chegando à paralisia total no governo Bolsonaro. O garrote imposto à ANCINE não decorre apenas da visão fiscalista, mas também de uma orientação de corte fascista que visa a impedir que a população tenha acesso a manifestações culturais fundadas na liberdade e na diversidade.

Com o desenvolvimento da internet e a possibilidade de distribuição de conteúdos audiovisuais por esse meio (*streaming*), a ANATEL pas-

sou a ser pressionada por grupos empresariais nacionais e internacionais para considerar o *streaming* fora do alcance regulatório da lei do SeAC. Embora essa lei defina que se aplica a “todos os meios” de distribuição, a agência encontrou um artifício para satisfazer os agentes de mercado, ao considerar o *streaming* um serviço de valor adicionado e não de telecomunicações. Dessa forma, os serviços de *streaming*, sejam de oferta de canais ou de vídeo por demanda, não estão sujeitos a nenhum marco regulatório. Perdeu a produção audiovisual brasileira, perderam os brasileiros que deixaram de ter acesso à produção cultural brasileira. A luta por um marco regulatório do *streaming* está de pé e é fundamental para a promoção da cultura brasileira.

SEM OUTORGAS, MENOS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E RÁDIOS E TVS EDUCATIVAS

Até o golpe de 2016, o Ministério das Comunicações elaborava Planos Nacionais de Outorgas (PNOs) e publicava editais para contemplar novos municípios com frequência. No momento da interrupção do governo Dilma, havia PNOs prontos para radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa.

Esses PNOs foram ignorados no governo Temer e os que estavam em curso foram interrompidos. Processos seletivos já em curso demoraram a ter seus resultados publicados ou nem tiveram. Depois, o governo até publicou um novo PNO de Rádio Comunitárias, mas com muito menos municípios.

Assim, nestes últimos 5 anos, deixaram de ser publicados editais para novas rádios comunitárias em mais de 1.500 municípios e para novas rádios e TVs educativas para mais de 740 municípios. Isso sem falar em processos interrompidos de editais anteriores, publicados até maio de 2016, que poderiam ter resultado em novas emissoras.